

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE CURRICULAR**

Curso: **Direito**

Atividade Curricular/Disciplina: **GOVERNANÇA RESPONSÁVEL DA TERRA E SEUS INSTRUMENTOS JURÍDICOS: CADASTROS, REGISTRO DE IMÓVEIS E AS CATEGORIAS FUNDIÁRIAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Carga horária total: 60h

**As aulas serão realizadas de 27 de junho a 08 de julho.**

**Teremos 15 sessões assim discriminadas:**

**Dez sessões presenciais:** 27-06 a 8/07 (das 14,00 às 18,00)

**Cinco sessões não presenciais assíncronas** (leitura dos textos complementares, análise dos vídeos propostos e elaboração do trabalho final): 27-06 a 8/07

Período Letivo: **2022.3**

Professores: **Prof. Dr. Girolamo Domenico Treccani e Prof. Dr. José Heder Benatti**

**2. OBJETIVOS:**

**GERAL:** Conhecer a origem do atual caos fundiário, as formas de aquisição e destinação de terras públicas.

**ESPECÍFICOS**

- Expor a noção geral sobre governança da terra e sua implicação na Amazônia Brasileira.
- Apresentar os regimes jurídicos das categorias fundiárias conforme a sua dominialidade e incidência ecológica.

- Introduzir a discussão de como está sendo implementado no Estado do Pará o cadastro de imóveis rurais, o cadastro ambiental rural e o registro de imóveis.
- Identificar os princípios de Direito Registral e sua aplicação concreta.
- Debater, com base na discussão sobre a governança da terra e a situação fundiária, o que se pode fazer para diminuir a violência no campo, o desmatamento da floresta Amazônica, respeitar os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e diminuir as causas das mudanças climáticas.
- Analisar os Provimentos da Corregedoria de Justiça do Estado do Pará, a Decisão da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (2010) e suas consequências no direito registral.
- Compreender a importância do Georreferenciamento e Certificação de Imóveis, bem como o instrumento da elaboração cadeia dominial

### **3. EMENTA:**

Governança da terra e os institutos jurídicos relacionados a regularização fundiária, cadastros, registro imobiliário e suas implicações na Amazônia e no Estado do Pará. Serão analisados os regimes jurídicos e as categorias fundiárias da Terra Devoluta, Terreno de Marinha, Terreno Marginal, Terra na Faixa de Fronteira, Ilhas Fluvial, Lacustre, Costeira e Marítima, Área de Várzea e Municípios. Princípios de Direito Registral.

### **4. SÚMULA:**

Apresentar os pressupostos conceituais da governança fundiária no Brasil e suas repercussões no direito. Debater como foi ocupada a Amazônia brasileira, em particular o Estado do Pará e os efeitos sociais e ambientais. Verificar as diferentes formas de incorporação de imóveis no patrimônio público de maneira especial por meio da Arrecadação e Desapropriação. Discutir as categorias fundiárias: terras indígenas, territórios quilombolas, unidades de conservação, florestas não destinadas e projetos de assentamentos e a implicação de incidirem em Terras Devolutas, Arrecadadas, Desapropriadas, Terreno de Marinha, Terreno Marginal, Terra na Faixa de Fronteira, Ilhas Fluvial, Lacustre, Costeira e Marítima, Área de Várzea. Diferentes cadastros existentes no Brasil e outras experiências no direito comparado. Tentativas de construção de um Cadastro Único de Imóveis e a correlação entre Cadastro e Registro de Imóveis. Princípios do Direito Registral. O fenômeno da “Grilagem de Terras Públicas” e as diferentes tentativas de seu combate a nível federal e do Estado do Pará. Acesso às informações x Proteção de dados pessoais.

## 5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I – Processo histórico de ocupação do território brasileiro e principais normas

1. Ocupação das terras no Brasil e normas históricas (Lei de Sesmaria, Lei de Terras de 1850 e Estatuto da Terra)
2. Incorporação dos imóveis rurais ao patrimônio público:
  - 2.1 Discriminatória e arrecadação;
  - 2.2 Desapropriação;
  - 2.3 Outras modalidades de incorporação.
  - 2.4 Os diferentes regimes jurídicos das terras públicas:
    - 2.4.1 Terras registradas em nome do Poder Público;
    - 2.4.2 Terras Devolutas;
    - 2.4.3 Terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas fluviais, costeira e marítimas, áreas de várzea;
    - 2.4.4 Terra na Faixa de Fronteira

Diferentemente das outras unidades onde os textos “Obrigatórios” são para a leitura e análise de todos(as), nesta primeira unidade o aluno que quiser fazer a apresentação de um texto só escolhe um dos quatro do ponto 1 listados abaixo:

#### **Bibliografia Obrigatória da primeira unidade:**

1.1 TRECCANI, Girolamo. SANTOS, Cleilane. Formação da Propriedade Territorial no Brasil: análise histórica. In FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha (Coord.) **Manual de Direito Agrário E-book** - 1ª Belém: Edição Universidade Federal do Pará. 2018. Disponível em [https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook\\_Manual\\_Direito\\_Agrario\\_2018.pdf](https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook_Manual_Direito_Agrario_2018.pdf), acesso em 30 set. 2021. pp. 32-51 e 67-76.

1.2 ARAUJO, Ionnara Vieira de. TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. **Apropriação de terras no brasil e o instituto das terras devolutas**, In RFD- Revista da Faculdade de Direito da UERJ. Número 19. 2011. Disponível <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1716> acesso em 30 set. 2021

1.3 LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. PINTO, Jax Nildo Aragão, **A questão fundiária na Amazônia.** Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/pstJcmXTJKSNGRYZNLPWhsN/?lang=pt> acesso em 30 set. 2021

1.4 ARAÚJO, de Campos Amanda. Brazil, P. I. **Terras Devolutas: A Desordenada Consolidação da Propriedade Territorial no Brasil.** Revista Jurídica do Nordeste Mineiro, v 01, 2020/01 [https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2020/401\\_terras\\_devolutas\\_a\\_desorde\\_nada\\_consolidacao\\_da\\_propriedade\\_territorial.pdf](https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2020/401_terras_devolutas_a_desorde_nada_consolidacao_da_propriedade_territorial.pdf) acesso em 30 set. 2021.

Os textos 2-3 e o Vídeo são obrigatórios para a leitura análise de todos(as)

2. BENATTI, José Heder. SOUZA, Ciro de Brito. CARAMÊS, Brenda. BELUCIO, Franciélcio. **Bens Públicos principais categorias fundiárias**, In FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha (Coord.) Manual de Direito Agrário E-book - 1ª Belém: Edição Universidade Federal do Pará. 2018. Disponível em [https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook\\_Manual\\_Direito\\_Agrario\\_2018.pdf](https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook_Manual_Direito_Agrario_2018.pdf), acesso em 30 set. 2021. pp. 87-128.

3 COSTA. Francisco Assis. **Racionalidade mercado terras Amazônia - impactos e perspectivas caso Pará - 2022**

**Vídeo 1 - Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**, disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=6P2eqk\\_ha2l](https://www.youtube.com/watch?v=6P2eqk_ha2l), acesso em 30 set. 2021

#### **Bibliografia complementar da primeira unidade:**

ARBEX JR, José. "TERRA SEM POVO", CRIME SEM CASTIGO. Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia In TORRES, Maurício (Org). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005. Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf> acesso em 30 set. 2021. pp. 21-66.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 CUIABÁ-SANTARÉM. Geopolítica, grilagem, violência e mundialização in TORRES, Maurício (Org). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005. Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf> acesso em 30 set. 2021. pp. 67-184

TORRES, Maurício. FRONTEIRA, UM ECO SEM FIM 271 Considerações sobre a ausência do Estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163 In TORRES, Maurício (Org). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005.

Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf> acesso em 30 set. 2021. pp. 271-320.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. INCRA. **Sistemática de discriminação de terras devolutas da União**. Brasília. 1981. Disponível no SIGAA.

## **UNIDADE II – Do caos ao ordenamento territorial.**

2. Situação fundiária do Estado do Pará (Amazônia, Brasil):

2.1 O fenômeno da Grilagem de terras públicas;

2.2 Formas de combates da grilagem: os exemplos do Amazonas, Pará e Bahia.

2.3 A intervenção do Poder Judiciário no caos fundiário do Pará:

2.3.1 Provimento CJCI TJ/PA nº 13/2006 (Bloqueio);

2.3.2 Decisão do CNJ (cancelamento administrativo);

2.3.3 Provimento Conjunto CJCI-CJRMB TJ/PA nº 4/2021 Requalificação;

2.3.4 Instrução CGJ 2/2021: Acesso às informações;

2.4 A Grilagem de Terras na Formação Territorial Brasileira.

### **Bibliografia Obrigatória da segunda unidade:**

4 - PRIETO, Gustavo. A Grilagem de Terras como Fundamento da Formação Territorial Brasileira. In OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de Oliveira (Org). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/581/517/1969-1> acesso em 30 set. 2021. pp. 131-178.

5 - RODRIGUEZ, José Rodrigo. TRECCANI, Girolamo Domenico. BENATTI, José Heder. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. SÁ, João Daniel Macedo. ALVES, Ana Carolina Pantoja. FARIA, Camila Salles de. HOLLANDA, Teresa Paris Buarque de. HIRATA, Alessadro. MINUICI, Geraldo. NASCIMENTO, Marcos de Sá. SELDERS, Maria Carolina Nery. MACHADO, Gustavo Campoli. **Registros Públicos e recuperação de Terras Públicas**. Série Pensando o Direito. Nº 48. Brasília: Ministério da Justiça. 2012.  
Disponível em [http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/volume\\_481.pdf](http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/volume_481.pdf) acesso em 30 set 2021. pp. 44-90.

6 - HOLSTON, James. **LEGALIZANDO O ILEGAL: propriedade e usurpação no Brasil** Disponível em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_21/rbcs21\\_07](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07),

acesso em 30 set. 2021.

7 - ROCHA, Ibraim. **Natureza Jurídica do Ato Notarial**. No prelo

### **Bibliografia complementar da segunda unidade:**

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Grilagem de Terras na Formação Territorial Brasileira. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/581/517/1969-1?inlinene=1> acesso em 30 set. 2021

BONFIM, Joice. ASSUMPÇÃO, Debora. BORGES, Juliana. CORREIA, Mauricio e COELHO, Silvia Helena. **“Legalizando o ilegal: legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no Matopiba”**. Salvador: Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais – AATR. 2020. Disponível em

<https://www.aatr.org.br/post/matopiba-estudo-sobre-institucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-grilagem-%C3%A9-lan%C3%A7ado> acesso em 30 set. 2021. pp. 131-178.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Grilagem e saque nas terras da BR 163 (à guisa de prefácio) in TORRES, Mauricio. DOBLAS, Juan. e ALARCO, Daniela Fernandes. “DONO É QUEM DESMATA” Conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. Disponível em

<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/dono-e-quem-desmata>.

Acesso em 30 set. 2021. pp. XIII-XXV.

Vídeo: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES – CONTAG. **Contra a Grilagem de Terras no Brasil**. 15 de

setembro de 2021. Disponível em

<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=481&nw=1&videos=1&id=456>. Acesso em 07 out. 2021.

### **UNIDADE III – Governança da terra e reconhecimento dos direitos territoriais**

3. Ordenamento territorial e governança fundiária:

3.1 Princípios do ordenamento territorial.

3.2 As diferentes formas de acesso à terra no ordenamento jurídico brasileiro:

3.2.1 Terras indígenas;

3.2.2 Territórios quilombolas;

3.3. Projetos de assentamentos;

3.4 Unidades de conservação.

3.5 Regularização Fundiária Rural

3.5.1 Órgãos e competências;

3.5.2 Legislação e Procedimentos de Regularização Fundiária de Assentamentos Rurais (CCU, CDRU e TD)

#### **Bibliografia Obrigatória da terceira unidade:**

8 - BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional**. Brasília, DF: MDA, 2015a. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/diretrizes-voluntarias-para-a-governanca-responsavel-da-terra-dos-recursos-pesqueiros-e-florestais-no-contexto-da-seguranca-alimentar-nacional-dvgt/>. Acesso em 30 set. 2021.

9 - REYDON, Bastiaan Philip, A Governança de Terras no Brasil: avanços e gargalos para a obtenção de segurança jurídica na terra. *In*: BENATTI, José Heder (Org.). **Cadastro territorial no Brasil: perspectivas e o seu futuro**. Belém: UFPA, 2018, Disponível em: [http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=814&Itemid=121](http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=814&Itemid=121).

Acesso em 30 set. 2021 pp. 12-36.

10 - MATTOS NETO, Antonio José de. BENATTI, José Heder. BRITO, Ciro de Souza. **POSSE AGRÁRIA E POSSE AGROECOLÓGICA diferentes formas de apossamento para fins produtivos na Amazônia**. In FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha (Coord.) Manual de Direito Agrário E-book - 1ª Belém: Edição Universidade Federal do Pará. 2018. Disponível em [https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook\\_Manual\\_Direito\\_Agrario\\_2018.pdf](https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook_Manual_Direito_Agrario_2018.pdf), acesso em 30 set. 2021. pp. 129-160.

11 - ANTELO, Fernanda do Socorro Ferreira Senra. RAMOS, Carlos Augusto Pantoja. MONTEIRO, Yara dos Santos. MACIEL, Alynne Regina Nazaré Alves. **Efeitos da regularização ambiental sobre o ordenamento territorial do município de Bagre, Marajó, Pará, Brasil**. In Revista Retratos de Assentamentos. Vol. 24 N.1 de 2021 ISSN: 1516-8182 Disponível em <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/476/378>. Acesso em 30 set. 2021.

#### **Bibliografia complementar da terceira unidade:**

ETINGER, Miguel. MEDA, Renata. Populações Tradicionais e Espaços Territoriais de Proteção Ambiental: uma visão a partir dos valores constitucionais brasileiros, In Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas. Vol. 9 Num. 3. 2015 Disponível em [https://periodicos.unb.br/article > download](https://periodicos.unb.br/article/download). acesso em 30 set. 2021

RIBEIRO, Fabio Augusto Nogueira e QUEIROZ, Ruben Caixeta de. Políticas do Isolamento Voluntário nos Interflúvios do Rio Trombetas. In GRUPIONI, Denise Fajardo, ANDRADE. Lúcia M.M. de (org). **Entre Águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Iepé, 2015. Disponível em [https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/CPISP\\_pdf\\_EntreAguasBravaseMansas.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/CPISP_pdf_EntreAguasBravaseMansas.pdf). Acesso em 30 set. 2021. pp. 178-193.

COUTINHO, Sonia Maria Viggiani *et al.* Revisitando o conceito e princípios de ordenamento territorial na realidade brasileira. COUTINHO, Sonia Maria Viggiani *et al.* **Revisitando o conceito e princípios de ordenamento territorial na realidade brasileira**. *Jornal da USP*, São Paulo, 07 ago. 2019. Disponível em: [jornal.usp.br/?p=262999](http://jornal.usp.br/?p=262999). Acesso em 20 maio 2020.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Editora Peirópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI\\_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf) acesso em 30 set. 2021. pp. 72-132

FERNANDES, Vitor Bukvar. MORGAN, Thiago Augusto Debilidade da governança de terras no Brasil: o caso do Pará, In FAO/SEAD. 2017. **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**. Brasil. Disponível em <https://igterras.com.br/livros/>, acesso em 30 set. 2021. pp. 281-299.

PUC.RJ.Nota Técnica Conjunta Do Núcleo De Estudos Constitucionais (Nec) E Da Coordenação De Direito Ambiental Do Núcleo Interdisciplinar De Meio Ambiente (Nima-Jur) [https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2019/09/Nota-tecnica -assentamentos-ambien talmente-diferenciados final.pdf](https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2019/09/Nota-tecnica-assentamentos-ambien_talmente-diferenciados_final.pdf). Acesso em 30 set. 2021.

ANDRADE. Lúcia M.M. de, Quilombolas em Oriximiná: Desafios da Propriedade Coletiva. In GRUPIONI, Denise Fajardo, ANDRADE. Lúcia M.M. de (org). **Entre Águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Iepé, 2015. Disponível em [https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/CPISP\\_pdf\\_EntreAguasBravaseMansas.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/CPISP_pdf_EntreAguasBravaseMansas.pdf). Acesso em 30 set. 2021. pp. 194-209.

BUENO, Ana Paula da Silva. REYDON, Bastiaan Philip. Indefinição jurídica da propriedade: aspectos legais associados à propriedade da terra. In FAO/SEAD. 2017. **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**, Brasil. Disponível em <https://igterras.com.br/livros/>, acesso em 30 set. 2021. pp. 65-101.

VÍDEO UNICAMP: “De quem é a terra?” Disponível em:

<https://governancadeterras.com.br/2017/07/21/novo-documentario-de-quem-e-a-terra-versa-o-original/> acesso em 30 set. 2021

**Vídeo: MARÉS, Carlos. Regularização Fundiária: Passado, Presente e Futuro. Aula Magna. 01/10/2021. EJUP. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uvUhzoQv9mg>. Acesso em 06 out. 2021**

#### **UNIDADE IV – Dos Cadastros ao Cadastro Único**

##### 4. Diferentes tipos de cadastro:

4.1. Cadastros Nacional de Imóveis Rurais do INCRA;

4.2 Cadastro da Receita Federal;

4.3 Cadastro Ambiental Rural (Serviço Florestal Brasileiro e órgãos estaduais de meio ambiente).

4.4 Caminhos para a criação do cadastro único.

##### **Bibliografia Obrigatória da quarta unidade:**

12 - REYDON Bastiaan Philip; BUENO, Ana Paula da Silva; SIQUEIRA, Gabriel Pansani. Histórico e dinâmica dos diferentes cadastros de terras do Brasil. In: FAO/SEAD. 2017. **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**, Brasil. Disponível em <https://igterras.com.br/livros/>, acesso em 30 set. 2021. pp. 127-159.

13 - TRECCANI, Girolamo Domenico. Dos cadastros ao cadastro único multifinalitário: o longo caminho a ser trilhado. In: BENATTI, José Heder (Org.). **Cadastro territorial no Brasil: perspectivas e o seu futuro**. Belém: UFPA, 2018. Disponível em: [http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=814&Itemid=121](http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=814&Itemid=121). Acesso em 30 set. 2021. pp. 59-89.

14 - CARDOSO, Antônio Carlos Apolinário de Souza. O Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) como instrumento de governança fundiária: análise do Decreto 8.764/16 In: BENATTI, José Heder (Org.). **Cadastro territorial no Brasil: perspectivas e o seu futuro**. Belém: UFPA, 2018, Disponível em: [http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=814&Itemid=121](http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=814&Itemid=121). Acesso em 30 set. 2021 pp. 148-179.

##### **Bibliografia complementar da quarta unidade:**

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; SONDA, Claudia; LEMOS, Angelaine. CAR e Povos

Tradicionais. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 39, n.1, p. 77- 91, jan/jun.2015.  
Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/view/36494>. Acesso em: 05 out. 2021.

MOREIRA, Eliane. O Cadastro Ambiental Rural: A nova face da grilagem na Amazônia? **Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente - ABRAMPA**. 07 jul. 2016. 15h42. Disponível em:  
<https://abrampa.org.br/abrampa/site/index.php?ct=conteudoEsg&id=230&modulo=NOT%C3%8DCIA>. Acesso em: 05 out. 2021.

KORTING, Matheus Sehn. O Cadastro Ambiental Rural entre mapeamento do território, domínio da natureza e sobreposição de terras. **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - IDEAS**, v. 10, n. 1-2, p. 63-87, 2016. publicado em junho de 2018.  
Disponível em: <https://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/179/220>. Acesso em: 05 out. 2021.

## **UNIDADE V – Introdução e Princípios do Direito Registral Imobiliário**

- a. Registros Públicos e a atividade notarial.
  - i. Delegação dos serviços de notas e registros (art. 236 CF).
  - ii. Estatuto dos notários e registradores (Lei 8.935/94).
  - iii. Regulação da atividade notarial.
  - iv. Propriedade imobiliária e sua aquisição.
  - v. Sistemas registrais
  - vi. Princípios do Direito Registral Imobiliário:
    - 1. Princípio da legalidade.
    - 2. Princípio da unitariedade.
    - 3. Princípio da Instância.
    - 4. Princípio da legitimação registral.
    - 5. Princípio da prioridade.
    - 6. Princípio da continuidade.
    - 7. Princípio da especialidade.
    - 8. Princípio da concentração.

9. Princípios operacionais:
10. Princípio da primazia da realidade ou da verdade;
11. Princípio da eficácia da vontade.

#### **Bibliografia Obrigatória da quinta unidade:**

**15** - ALMEIDA, Júlio César Rodrigues de. **A contribuição da atividade registral imobiliária para a sustentabilidade**. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Nove de Julho, São Paulo. <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2515>. Acesso em: 05 out. 2021. pp. 42-100.

**16** - TARTUCE, F. **A lei da regularização fundiária (Lei 13.465/2017): análise inicial de suas principais repercussões para o direito de propriedade**. Pensar, v. 23, n. 3, p. 1-23, jul./set. 2018. P. 1-23.

#### **Bibliografia complementar da quinta unidade:**

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA; INSTITUTO PÓLIS **Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do Novo Código de Processo Civil** / Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER); Instituto Pólis – Brasília: CNJ, 2021. <https://www.cni.jus.br/wp-content/uploads/2021/05/Relatorio-Final-INSPER.pdf>. Acesso em 30 set. 2021

PAIXÃO, Alessandro Gonçalves; GLORIA, Kamila Brito. "O Princípio da Segurança Jurídica e o Direito Registral Imobiliário Brasileiro." (2020). <http://repositorio.aee.edu.br/ispui/handle/aee/10033>. Acesso em: 05 out. 2021.

COSTA, Fabricio Veiga, Ivan Dias Da Mota, and Yasmine De Resende Abagge. "PUBLICIDADE IMOBILIÁRIA E LGPD: **A política de prevenção à lavagem e dinheiro e ao terrorismo frente ao provimento Nº 88 CNJ.**" *Revista Húmus* 11.33 (2021).

#### **UNIDADE VI- Geodireito**

6. Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais.

6.1 Normas federais e estaduais relativas ao Georreferenciamento de imóveis rurais.

6.2 Estudo prático: Elaboração e análise de cadeia dominial

6.2.1 Conceito e Fundamento da cadeia dominial

6.2.2 Preenchimento de Extrato.

6.3 Análise de casos concretos (Redenção).

#### **Bibliografia Obrigatória da sexta unidade:**

16. - BRASIL. IBGE. **Avaliação da qualidade de dados geoespaciais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101152.pdf>. Acesso em 30 set. 2021. pp. 15-28.
- 17 - LEMOS, Rodrigo Silva; MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira; WSTANE, Carla. Planejamento e gestão territorial: reflexões a partir da modernidade, da ciência e da participação social. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 58, p. 726-745, jul./set. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/19570>. Acesso em: 30 set. 2021.
- 18- MOTA, Alex dos Santos; BUENO, Luis Fernando; MOREIRA, Tony Vinicius Sampaio. Dados e informações geoespaciais para análise territorial e ambiental na Amazônia Legal no Brasil. **Revista Geográfica Venezolana**, Universidad de Los Andes, v. 56, n. 2, p. 249-267, 2015. Acesso em 30 set. 2021.

#### **Bibliografia complementar da sexta unidade:**

UGEDA, Luiz. SEO, He Nem Kim (Org). **Geodireito: mitos e fatos**. Brasília: Instituto Geodireito, 2020. Introdução (9-11); Mito 1 (15-17); Mito 7 (27-29); Mito 9 (31-32); Mito 11 (35-36); Mito 14 (41-42); Mito 19 (51-52); Mito 29 (71-72); Mito 32 (77-78); Mito 34 (81-82); Mito 36 (85-86); Mito 50 (113-114); Mito 54 (121-122). Disponível em [https://portalprojetogeoafro.com/wp-content/themes/geo-afro/pdf/Mitos\\_Fatos.pdf](https://portalprojetogeoafro.com/wp-content/themes/geo-afro/pdf/Mitos_Fatos.pdf). Acesso em: 30 set. 2021

#### **5 RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS:**

##### **Programas**

Para o desenvolvimento da disciplina serão utilizados preferencialmente os seguintes recursos online:

- pacote microsoft office ou equivalente para a elaboração/edição de textos e leitura de apresentações de slides

- programa PDF ou equivalente para a leitura de textos digitais

## 6 METODOLOGIA

Aulas expositivas presenciais serão realizadas nas dependências da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (BLOCO Lp Altos).

1. Serão sugeridas leituras; realizados seminários e estudos dirigidos, apresentado material audiovisual para análise e debate na sala de aula.
2. As comunicações serão realizadas via SIGAA e pela Sala de Aula Virtual
3. Em cada sessão, além das aulas expositivas do professor, serão apresentados pelos alunos um ou dois textos obrigatórios previamente escolhidos. **Cada aluno(a) irá escolher um texto cujo resumo crítico** e postado na Sala de Classe Virtual.

Para que sejam alcançados os objetivos enunciados propomos a execução das seguintes ações didáticas: todas as unidades serão trabalhadas por meio de aulas síncronas expositivas dialogadas, discussão de textos em sala de aula e aulas assíncronas para estudar os textos e ver os vídeos.

Unidade	Conteúdo	Objetivos
Unidade I	<b>Processo histórico de ocupação do território brasileiro e principais normas</b>	Verificar como se deu o processo de ocupação das terras e quais as normas em vigor
Unidade II	<b>Do caos ao ordenamento territorial.</b>	Analisar o fenômeno da Grilagem e as formas de combate adotadas no Pará.
Unidade III	<b>Governança da terra e reconhecimento dos direitos territoriais</b>	Governança de terra, ordenamento territorial e reconhecimento de direitos territoriais
Unidade IV	<b>Dos Cadastros ao Cadastro Único</b>	Presença de diferentes cadastros de imóveis e caminhos para se chegar a um cadastro único.
Unidade V	<b>Introdução e Princípios do Direito Registral Imobiliário</b>	Atividade notarias: teoria e prática. Princípios.

Unidade VI	<b>Geodireito</b>	A certificação de imóveis como instrumento de conhecimento da realidade fundiária. Normas em vigor. Elaboração de um extrato e análise de casos concretos.
------------	-------------------	--

## 7 AVALIAÇÃO

Conforme Regimento Geral da UFPA, arts. 178 a 180, são atribuíveis os seguintes conceitos, equivalentes às notas:

**EXC** – Excelente (9,0 - 10,0)

**BOM** – Bom (7,0 - 8,9)

**REG** – Regular (5,0 - 6,9)

**INS** – Insuficiente (0 - 4,9)

Complementa o Regulamento do Ensino de Graduação 2013, no art. 96, que o conceito final será resultante do conjunto de procedimentos de avaliação, enunciados no presente plano.

Para fins de atribuição de conceitos, os discentes apresentarão, no mês seguinte à conclusão da disciplina um resumo expandido sobre um dos tópicos trabalhados.

## 8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlio César Rodrigues de. **A contribuição da atividade registral imobiliária para a sustentabilidade**. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Nove de Julho, São Paulo. <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2515>. Acesso em: 05out. 2021.

ALVES, Bandeira Luana. TRECCANI, Girolamo Domenico. **O Sistema Nacional De Gestão De Informações Territoriais como Instrumento de Combate à Grilagem de Terras Públicas na Amazônia**. Disponível em <https://governancadeterras.com.br/wp-content/uploads/2017/10/TRECCANI-4.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

ANDRADE. Lúcia M.M. de, Quilombolas em Oriximiná: Desafios da Propriedade Coletiva. In

GRUPIONI, Denise Fajardo, ANDRADE. Lúcia M.M. de (org). **Entre Águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná.** São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Iepé, 2015. Disponível em [https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/CPISP\\_pdf\\_EntreAguasBravaseMansas.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/CPISP_pdf_EntreAguasBravaseMansas.pdf). Acesso em 30 set. 2021. pp. 194-209.

ANTELO Fernanda do Socorro Ferreira Senra RAMOS, Carlos Augusto Pantoja. MONTEIRO, Yara dos Santos. MACIEL, Alynne Regina Nazaré Alves. Efeitos da regularização ambiental sobre o ordenamento territorial do município de Bagre, Marajó, Pará, Brasil. In Revista Retratos de Assentamentos. Vol. 24 N.1 de 2021 ISSN: 1516-8182 Disponível em <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/476/378>. Acesso em 30 set. 2021

ARAÚJO, de Campos Amanda. Brazil, P. I. Terras Devolutas: A Desordenada Consolidação Da Propriedade Territorial No Brasil. Revista Jurídica do Nordeste Mineiro, v 01, 2020/01 [https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2020/401\\_terras\\_devolutas\\_a\\_desordenada\\_consolidacao\\_da\\_propriedade\\_territorial.pdf](https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2020/401_terras_devolutas_a_desordenada_consolidacao_da_propriedade_territorial.pdf) acesso em 30 set. 2021.

ARAUJO, Ionnara Vieira de. TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. **Apropriação de terras no brasil e o instituto das terras devolutas.** In RFD- Revista da Faculdade de Direito da UERJ. Número 19. 2011. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1716> acesso em 30 set. 2021.

ARBEX JR, José. "TERRA SEM POVO", CRIME SEM CASTIGO. Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In TORRES, Maurício (Org). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005. Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf> acesso em 30 set. 2021. pp. 21-66.

AUGUSTO, Eduardo Agostinho Arruda. **Registro de Imóveis, Retificação de Registro e Georreferenciamento: Fundamento e Prática.** São Paulo: Saraiva, 2013.

BENATTI, José Heder. SOUZA, Ciro de Brito. CARAMÊS, Brenda. BELUCIO, Franciélcio. Bens Públicos principais categorias fundiárias. In FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha (Coord.) **Manual de Direito Agrário** E-book - 1ª Belém: Edição Universidade Federal do Pará. 2018. Disponível em [https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook\\_Manual\\_Direito\\_Agrario\\_2018.pdf](https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook_Manual_Direito_Agrario_2018.pdf), acesso em 30 set. 2021. pp. 87-128.

BENATTI, José Heder. Cadastros na América Latina: Perspectivas e desafios. In: BENATTI, José Heder (Org.). **Cadastro territorial no Brasil: perspectivas e o seu futuro.** Belém: UFPA, 2018. Disponível em: [http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=814&Itemid=121](http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=814&Itemid=121). Acesso em 30 set. 2021. pp. 37-58.

BENATTI. José H. **Ordenamento territorial e Proteção ambiental: Aspectos legais e constitucionais do Zoneamento ecológico econômico.** Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/331208243\\_ordenamento\\_territorial\\_e\\_prot](https://www.researchgate.net/publication/331208243_ordenamento_territorial_e_prot)

ecao\_ambiental\_aspectos\_legais\_e\_constitucionais\_do\_zoneamento\_ecologico\_economico.  
Acesso em: 30 set. 2021.

BENATTI, José Heder, Girolamo Domenico Treccani, and Msc Luly Rodrigues da Cunha Fischer. "Deliverable 5: Draft Report on Land Governance." (2013). <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/a91b90185037e5f11e9f99a989ac11dd0050062013/released/Final-Report-Para.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

BONFIM, Joice. ASSUMPÇÃO, Debora. BORGES, Juliana. CORREIA, Mauricio e COELHO, Silvia Helena. *“Legalizando o ilegal: legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no Matopiba”*. Salvador: Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais – AATR. 2020. Disponível em <https://www.aatr.org.br/post/matopiba-estudo-sobre-institucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-guilagem-%C3%A9-lan%C3%A7ado> acesso em 30 set. 2021. pp. 131-178.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Corregedoria Nacional de Justiça. **Provimento n.º 89, de 18 de dezembro de 2019**. Regulamenta o Código Nacional de Matrículas - CNM, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis - SREI, o Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado – SAEC, o acesso da Administração Pública Federal às informações do SREI e estabelece diretrizes para o estatuto do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico – ONR. Brasília, DF: CNJ, 2019a. Disponível em: <https://cartorios.org/tag/provimento-cnj-89-2019/>. Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Corregedoria Nacional de Justiça. **Estatuto do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR)**. Brasília, DF: CNJ, 2020a. Disponível em: <https://www.registrodeimoveis.org.br/onr>. Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 10.046, de 9 de outubro de 2019**. Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e instituiu Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10046.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10046.htm). Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 4.449, de 30 de outubro de 2002**. Regulamenta a Lei no 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nos. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4449.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4449.htm). Acesso em: 14 ago. 2021. Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 8.764, de 10 de maio de 2016**. Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei n.º 11.977, de 7 de julho de

2009. Brasília, DF: Presidência da República, 2016a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8764.htm). Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 8.777, de 11 de maio de 2016.** Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2016b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm). Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 9.064, de 31 de maio de 2017.** Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm). Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. IBGE. **Avaliação da qualidade de dados geoespaciais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101152.pdf>. Acesso em 30 set. 2021. pp. 15-28.

BRASIL. INCRA. **Portaria n.º 531, de 23 de março de 2020.** Brasília, DF: INCRA, 2020c. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/regimento\\_2020.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/regimento_2020.pdf). Acesso em 30 set. 2021;

BRASIL. INCRA. **Portaria n.º 72, de 19 de janeiro de 2021.** Autorização ao SERPRO para fornecimento de serviços automatizados de consulta aos dados do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) por meio de serviço de API - Application Programming Interface. Brasília, DF: MAPA; INCRA, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-72-de-19-de-janeiro-de-2021-299777247>. Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 140, de 8 de dezembro de 2011.** Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/LCP/Lcp140.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp140.htm). Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Palácio Imperial, 1850. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm). Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm). Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966.** Fixa Normas de Direito Agrário, Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4947.htm). Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 5.868, de 12 de dezembro de 1972.** Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1972. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5868.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5868.htm). Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6015consolidado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6015consolidado.htm). Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 6.383, de 7 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6383.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6383.htm). Acesso em 30 set. 2021

BRASIL. **Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.** (Lei dos cartórios). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8935.htm). Acesso em: 30set. 2021

BRASIL. **Lei n.º 11.952, de 25 de junho de 2009.** Dispõe sobre a regularizaçãofundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Brasília, DF:Presidência da República, 2009a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952complilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952complilado.htm). Acesso em 30 set. 2021

BRASIL. **Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977compilado.htm).

Acesso em 30 set. 2021

BRASIL. **Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Brasília, DF: Presidência da República, 2017b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm). Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)**. Brasília, DF: MAPA, 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>. Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. INCRA. **Sistemática de discriminação de terras devolutas da União**. Brasília. 1981. Disponível no SIGAA.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB n.º 2.030, de 24 de junho de 2021**. Institui o Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB). Brasília, DF: ME; RFB, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-rfb-n-2.030-de-24-de-junho-de-2021-328221269>. Acesso em 30 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional**. Brasília, DF: MDA, 2015a. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/diretrizes-voluntarias-para-a-governanca-responsavel-da-terra-dos-recursos-pesqueiros-e-florestais-no-contexto-da-seguranca-alimentar-nacional-dvgt/>. Acesso em 30 set. 2021.

BUENO, Ana Paula da Silva. REYDON, Bastiaan Philip. Indefinição jurídica da propriedade: aspectos legais associados à propriedade da terra. *In*: BOJANIC, Alan Jorge (Coord.); REYDON, Bastiaan Philip *et al.* (Org.). **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**. Brasília: FAO; SEAD, 2017, p. 65-102. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7789o.pdf>. Acesso em 30 set. 2021.

CARDOSO, Antônio Carlos Apolinário de Souza. O Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) como instrumento de governança fundiária: análise do Decreto 8.764/16. *In*: BENATTI, José Heder (Org.). **Cadastro territorial no Brasil: perspectivas e o seu futuro**. Belém: UFPA, 2018, p. 158-179.

COSTA, Fabricio Veiga, Ivan Dias Da Mota, and Yasmine De Resende Abagge. "PUBLICIDADE IMOBILIÁRIA E LGPD: A política de prevenção à lavagem e dinheiro e ao terrorismo frente ao

provimento Nº 88 CNJ." *Revista Húmus* 11.33 (2021).

COSTA. Francisco Assis. **Racionalidade mercado terras Amazônia - impactos e perspectivas caso Pará** - 2022

COUTINHO, Sonia Maria Viggiani *et al.* Revisitando o conceito e princípios de ordenamento territorial na realidade brasileira. COUTINHO, Sonia Maria Viggiani *et al.* Revisitando o conceito e princípios de ordenamento territorial na realidade brasileira. **Jornal da USP**, São Paulo, 07 ago. 2019. Disponível em: [jornal.usp.br/?p=262999](http://jornal.usp.br/?p=262999). Acesso em 20 maio 2020.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, Governança e Desenvolvimento**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016. (ver cap. 1 2. pp. 19-34). Disponível em: [http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei2593\\_2006\\_71918.pdf](http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei2593_2006_71918.pdf). Acesso em 30 set. 2021. DINIZ, Maria Helena. **Sistemas de Registro de Imóveis**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DIP, Ricardo. **O registro de imóveis e o processo constituinte de 1988**. Disponível em: <http://www.irib.org.br/obras/o-registro-de-imoveis-e-o-processo-constituente-de-1988> Acesso em: 30 set. 2021.

ERPEN. Décio Antônio. LAMANA PAIVA, João Pedro. **Histórico do Registro de Imóveis No Brasil**. Disponível em: <http://registrodeimoveis1zona.com.br/?p=270>. Acesso em 30 set. 2021.

ETINGER, Miguel. MEDA, Renata. **Populações Tradicionais e Espaços Territoriais de Proteção Ambiental: uma visão a partir dos valores constitucionais brasileiros**, In Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas. Vol. 9 Num. 3. 2015 Disponível em [https://periodicos.unb.br/article > download. acesso em 30 set. 2021](https://periodicos.unb.br/article/download/10000/10000)

FERNANDES, Vitor Bukvar. **A relação entre a governança de terras e o desenvolvimento econômico**: da teoria a uma revisão sistemática de resultados empíricos. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2018a. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331354>. Acesso em 30 set. 2021. (ver cap. 2 GOVERNANÇA DE TERRAS ALÉM DO DIREITO DE PROPRIEDADE. pp. 29-40).

FERNANDES, Vitor Bukvar. REYDON, Bastiaan Philip. A governança de terras e o desenvolvimento econômico. In: BOJANIC, Alan Jorge (Coord.); REYDON, Bastiaan Philip; FERNANDES, Vitor Bukvar; BUENO, Ana Paula da Silva; SIQUEIRA, Gabriel Pansini (Org.). **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**, Brasília:

FAO/SEAD, 2017, p. 43-64. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7789o.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

FERNANDES, Vitor Bukvar. MORGAN, Thiago Augusto Debilidade da governança de terras no Brasil: o caso do Pará, In FAO/SEAD. 2017. **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira**. Brasil. Disponível em <https://igterras.com.br/livros/>, acesso em 30 set. 2021. pp. 281-299.

HARRIS, Mark. **Rebelião Na Amazônia - Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil, 1798 – 1840**. Campinas: Editora Unicamp. 2017.

HOLSTON, James. **LEGALIZANDO O ILEGAL: propriedade e usurpação no Brasil** Disponível em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_21/rbcs21\\_07](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07), acesso em 30 set. 2021.

KONNO, Alyne Yumi. **Registro de Imóveis: Teoria e Prática**. São Paulo: Memória Jurídica Editora, 2010.

KORTING, Matheus Sehn. O Cadastro Ambiental Rural entre mapeamento do território, domínio da natureza e sobreposição de terras. **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - IDEAS**, v. 10, n. 1-2, p. 63-87, 2016. publicado em junho de 2018. Disponível em: <https://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/179/220>. Acesso em: 05 out. 2021.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA; INSTITUTO PÓLIS **Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do Novo Código de Processo Civil** / Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER); Instituto Pólis – Brasília: CNJ, 2021. <https://www.cnj.ius.br/wp-content/uploads/2021/05/Relatorio-Final-INSUPER.pdf>. Acesso em 30 set. 2021

LEMOS, Rodrigo Silva; MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira; WSTANE, Carla. **Planejamento e gestão territorial: reflexões a partir da modernidade, da ciência e da participação social**. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 58, p. 726-745, jul./set. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/19570>. Acesso em: 30 set. 2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. PINTO, Jax Nildo Aragão, **A questão fundiária na Amazônia**. Disponível em <https://www.scielo.br/i/ea/a/pstJcmXTJKSNGRYZNLPWhsN/?lang=pt> acesso em 30 set. 2021

MATTOS NETO, Antonio José de. BENATTI, José Heder. BRITO, Ciro de Souza **POSSE AGRÁRIA E POSSE AGROECOLÓGICA diferentes formas de apossamento para fins produtivos na Amazônia**. In FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha (Coord.) Manual de Direito Agrário E-book - 1ª Belém: Edição Universidade Federal do Pará. 2018. Disponível em [https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook\\_Manual\\_Direito\\_Agrario\\_2018.pdf](https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook_Manual_Direito_Agrario_2018.pdf), acesso em

30 set. 2021. pp. 129-160.

MOTA, Alex dos Santos; BUENO, Luis Fernando; MOREIRA, Tony Vinicius Sampaio. **Dados e informações geoespaciais para análise territorial e ambiental na Amazônia Legal no Brasil.** Revista Geográfica Venezolana, Universidad de Los Andes, v. 56, n. 2, p. 249-267, 2015. Acesso em 30 set. 2021

NALINI, José Renato *et al.* **Regularização Fundiária. De acordo com a Lei 12.651/2012 – Novo Código Florestal, com a redação dada pela Lei 12.727/2012** / Nalini, José Renato; Levy, Wilson. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 CUIABÁ-SANTARÉM. Geopolítica, grilagem, violência e mundialização in TORRES, Maurício (Org). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Brasília: CNPq, 2005. Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf> acesso em 30 set. 2021. pp. 67-184

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Grilagem e saque nas terras da BR 163 (à guisa de prefácio) in TORRES, Mauricio. DOBLAS, Juan. e ALARCO, Daniela Fernandes. **“DONO É QUEM DESMATA” Conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense.** Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/dono-e-quem-desmata>. Acesso em 30 set. 2021. pp. XIII-XXV.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. A Grilagem de Terras na Formação Territorial Brasileira. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/581/517/1969-1?inli ne=1> acesso em 30 set. 2021

PARÁ. **Lei Ordinária nº 8.878, de 8 de julho de 2019.** Dispõe sobre a regularização fundiária de ocupações rurais e não rurais em terras públicas do estado do Pará. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/4905>. Acesso em: 05 out. 2021.

PARÁ. **Decreto nº 1.190, de 25 de novembro de 2020.** Regulamenta a Lei Estadual nº 8.878, de 8 de julho de 2019, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/16159.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

PARÁ. **Decreto nº 1.191, de 25 de novembro de 2020.** Regulamenta os arts. 6º a 8º, da Lei Estadual nº 8.878, de 8 de julho de 2019, que dispõe sobre a regularização fundiária não rural em terras públicas do Estado do Pará. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/16162.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

PARÁ. **Decreto n.º 2.593, de 27 de novembro de 2006.** Altera o Decreto n.º 857, de 30 de

janeiro de 2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território sob jurisdição no Estado do Pará, das atividades que discrimina. Belém, PA: Governo do Estado, 2006.

PARÁ. **Lei Ordinária n.º 7.398, de 16 de abril de 2010.** Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Belém: Governo do Estado, 2010. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/1698>. Acesso em 30 set. 2021.

PRIETO, Gustavo. A Grilagem de Terras como Fundamento da Formação Territorial Brasileira. In OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de Oliveira (Org). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira.** São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/581/517/1969-1> acesso em 30 set. 2021. pp. 131-178.

PASSARELLI, Luciano Lopes. **As retificações no registro de imóveis.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

REYDON, Bastiaan Philip, A Governança de Terras no Brasil: avanços e gargalos para a obtenção de segurança jurídica na terra. In: BENATTI, José Heder (Org.). **Cadastro territorial no Brasil: perspectivas e o seu futuro.** Belém: UFPA, 2018, Disponível em: [http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=814&Itemid=121](http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=814&Itemid=121). Acesso em 30 set. 2021 pp. 12-36

REYDON Bastiaan Philip BUENO, Ana Paula da Silva. SIQUEIRA, Gabriel Pansani. Histórico e dinâmica dos diferentes cadastros de terras do Brasil In FAO/SEAD. 2017. **Governança de terras: da teoria à realidade brasileira.** Brasil. Disponível em <https://igterras.com.br/livros/>, acesso em 30 set. 2021. pp. 127-159.

RIBEIRO, Fabio Augusto Nogueira e QUEIROZ, Ruben Caixeta de. Políticas do Isolamento Voluntário nos Interflúvios do Rio Trombetas. In GRUPIONI, Denise Fajardo, ANDRADE. Lúcia M.M. de (org). *Entre Águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná.* São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Iepé, 2015. Disponível em [https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/CPISP\\_pdf\\_EntreAguasBravaseMansas.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/CPISP_pdf_EntreAguasBravaseMansas.pdf). Acesso em 30 set. 2021. pp. 178-193.

RIBEIRO, Luis Paulo Aliende. **Regulação da função pública notarial e de registro.** São Paulo: Saraiva, 2009.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. TRECCANI, Girolamo Domenico. BENATTI, José Heder. OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. SÁ, João Daniel Macedo. ALVES, Ana Carolina Pantoja. FARIA, Camila Salles de. HOLLANDA, Teresa Paris Buarque de. HIRATA, Alessandro. MINUICI, Geraldo. NASCIMENTO, Marcos de Sá. SELDERS, Maria Carolina Nery. MACHADO, Gustavo Campoli. **Registros Públicos e recuperação de Terras Públicas.** Série

Pensando o Direito. Nº 48. Brasília: Ministério da Justiça. 2012. Disponível em [http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/volume\\_481.pdf](http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/volume_481.pdf) acesso em 30 set 2021. pp. 44-90

ROCHA, Ibraim. **Natureza Jurídica do Ato Notarial**. No prelo

ROCHA, Ibraim; TRECCANI, Girolamo Domenico; BENATTI, José Heder; HABER, Lilian Mendes; CHAVES, Rogério Arthur Friza. **Manual de direito agrário constitucional: Lições de direito agroambiental** Belo Horizonte: Fórum, 2019.

RÜCKERT, Aldomar A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, v. 11, n. 245, 01 ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24566.htm>. Acesso em: 30 set. 2021. SALLES, Venicio. **Direito Registral Imobiliário**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Peirópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI\\_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf) acesso em 30 set. 2021. pp. 72-132

SANTOS, Mariana Rodrigues Ribeiro. RANIERI, Victor Eduardo Lima. Critérios para análise do zoneamento ambiental como instrumento de planejamento e ordenamento territorial. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 16, n. 4, p. 43-60, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/CdDcTNkgtxpzCPTsiBKLb5z/?lang=pt> Acesso em: 30 set. 2021.

TARTUCE, F. A lei da regularização fundiária (Lei 13.465/2017): análise inicial de suas principais repercussões para o direito de propriedade. *Pensar*, v. 23, n. 3, p. 1-23, jul./set. 2018. P. 1-23.

TORRES, Marcelo Krug Fachin. Publicidade registral de atos jurídicos unilaterais: sobre a necessidade de seu amplo acesso ao álbum imobiliário como forma de possibilitar o correto funcionamento do princípio da fé pública registral. **Revista de Direito Imobiliário**, São Paulo, ano 42, v. 86, p. 101-131, jan./jul. 2019.

TORRES, Maurício. FRONTEIRA, UM ECO SEM FIM 271 Considerações sobre a ausência do Estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163 In TORRES, Maurício (Org). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163* Brasília: CNPq, 2005. Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf> acesso em 30 set. 2021. pp. 271-320.

TORRES, Maurício (Org). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163* Brasília: CNPq, 2005. Disponível em <http://centrodememoria.cnpq.br/amazonia%20revelada.pdf> acesso em 30 set. 2021

TRECCANI, Girolamo Domenico. Dos cadastros ao cadastro único multifinalitário: o longo caminho a ser trilhado. In: BENATTI, José Heder (Org.). **Cadastro territorial no Brasil: perspectivas e o seu futuro**. Belém: UFPA, 2018, p. [59-89]. Disponível em: [http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=814&Itemid=121](http://www.cidh.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=814&Itemid=121). Acesso em 30 set. 2021.

TRECCANI, Girolamo Domenico; MONTEIRO, Aianny Naiara Gomes; PINHEIRO, Maria Sebastiana Barbosa. Dados fundiários e ambientais: divergências e conflitos. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 11, n. 1, p. 237-271, 2020. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/24471>. Acesso em: 30 set. 2021.

TRECCANI, Girolamo. SANTOS, Cleilane. **Formação da Propriedade Territorial no Brasil: análise histórica**, In FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha (Coord.) Manual de Direito Agrário E-book - 1ª Belém: Edição Universidade Federal do Pará. 2018. Disponível em [https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook\\_Manual\\_Direito\\_Agrario\\_2018.pdf](https://www.cidh.ufpa.br/pdf/livros/eBook_Manual_Direito_Agrario_2018.pdf), acesso em 30 set. 2021. pp. 32-51 e 67-76.

TUPIASSU, Lise; GROS-DESORMAUX, Jean-Raphael; CRUZ, Gisleno Augusto Costa da. Regularização Fundiária e Política Ambiental: Incongruências do Cadastro Ambiental Rural no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Políticas Públicas (Online)**, Brasília, v. 7, nº 2, 2017 p. 187-202. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4777/pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

UGEDA, Luiz. SEO, He Nem Kim (Org). **Geodireito: mitos e fatos**. Brasília: Instituto Geodireito, 2020. Introdução (9-11); Mito 1 (15-17); Mito 7 (27-29); Mito 9 (31-32); Mito 11 (35-36); Mito 14 (41-42); Mito 19 (51-52); Mito 29 (71-72); Mito 32 (77-78); Mito 34 (81-82); Mito 36 (85-86); Mito 50 (113-114); Mito 54 (121-122). Disponível em [https://portalprojetoafro.com/wp-content/themes/geo-afro/pdf/Mitos\\_Fatos.pdf](https://portalprojetoafro.com/wp-content/themes/geo-afro/pdf/Mitos_Fatos.pdf). Acesso em 30 set. 2021

VIDAL, Josep Pont. **Governança democrática: para uma nova coordenação da sociedade**. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2019

## VÍDEOS

**Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**, disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=6P2eqk\\_ha2I](https://www.youtube.com/watch?v=6P2eqk_ha2I), acesso em 30 set. 2021

UNICAMP: **“De quem é a terra?”** <https://governancadetererras.com.br/2017/07/21/novo-documentario-de-quem-e-a-terra-versa-o-original/>